

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE201805/0098

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal de Regularização

**Estado:** Expirada

**Nível Orgânico:** Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

**Orgão / Serviço:** Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Gerais

**Carreira:** Técnico Superior

**Categoria:** Técnico Superior

**Grau de Complexidade:** 3

**Remuneração:** €1.201,48

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

### Caracterização do Posto de Trabalho:

Emissão de pareceres em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego; emissão de pareceres prévios ao despedimento de trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes ou de trabalhador no gozo de licença parental, bem como pareceres prévios no caso de intenção de recusa, pela entidade empregadora, de autorização para trabalho a tempo parcial ou em horário flexível a trabalhadores/as com filhos/as menores de 12 anos. Análise das comunicações das entidades empregadoras sobre a não renovação de contrato de trabalho a termo sempre que estiver em causa uma trabalhadora grávida. Análise de queixas que dão entrada na Comissão, relativas a assédio. Prestação de informações e apoio jurídico em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, no emprego, no trabalho, na formação profissional, na proteção da parentalidade e na conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal. Prestação de informação jurídica através da linha Informativa da CITE – Linha Verde – e do atendimento Presencial. Participação em ações de sensibilização, workshops e formação. Representação da CITE em ações de formação jurídica no âmbito da igualdade de género, para empresas IGen e outros organismos da administração e públicos-alvo. Apoio à Presidência em termos de assessoria jurídica.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** Sem Relação Jurídica de Emprego Público - Reconhecimento de Vínculo Precário

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:** c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:** DISPENSADA, nos termos do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Direito

**Grupo Área Temática**

Direito, Ciências Sociais e Serviços

**Sub-área Temática**

Direito

**Área Temática**

Direito

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.	1	Rua de Xabregas, n.º 52	Lisboa	1949003 LISBOA	Lisboa	Lisboa

**Total Postos de Trabalho: 1**

## Nº de Vagas/ Alterações

---

## Formação Profissional

---

**Outros Requisitos:** a) Desempenho de funções na CITE entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;  
b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, em parecer da Comissão de Avaliação Bipartida do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, homologado pelo Despacho-Conjunto n.º 12/2018 de Suas Excelências o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, respetivamente a 13 de março de 2018 e a 15 de março de 2018;

## Formalização das Candidaturas

---

**Envio de Candidaturas para:** <http://www.iefp.pt/recursos-humanos>

**Contacto:** 215 803 000

**Data Publicitação:** 2018-05-04

**Data Limite:** 2018-05-18

## Texto Publicado

---

### Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** AVISO Procedimento concursal de carácter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (Lei n.º 112/ 2017, de 29 de dezembro) 1 - Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, doravante designada de Portaria, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo, de 10 de abril de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), e na respetiva página eletrónica, em [www.iefp.pt/recursos-humanos](http://www.iefp.pt/recursos-humanos), procedimento concursal para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.). 2 - Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, este procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias de júri sobre quaisquer outras. 3 - Número de postos de trabalho: o procedimento visa o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho. 4 - Caracterização do posto de trabalho: Emissão de pareceres em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens no trabalho e no emprego; emissão de pareceres prévios ao despedimento de trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes ou de trabalhador no gozo de licença parental, bem como pareceres prévios no caso de intenção de recusa, pela entidade empregadora, de autorização para trabalho a tempo parcial ou em horário flexível a trabalhadores/as com filhos/as menores

de 12 anos. Análise das comunicações das entidades empregadoras sobre a não renovação de contrato de trabalho a termo sempre que estiver em causa uma trabalhadora grávida. Análise de queixas que dão entrada na Comissão, relativas a assédio. Prestação de informações e apoio jurídico em matéria de igualdade e não discriminação entre mulheres e homens, no emprego, no trabalho, na formação profissional, na proteção da parentalidade e na conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal. Prestação de informação jurídica através da linha Informativa da CITE – Linha Verde – e do atendimento Presencial. Participação em ações de sensibilização, workshops e formação. Representação da CITE em ações de formação jurídica no âmbito da igualdade de género, para empresas IGen e outros organismos da administração e públicos -alvo. Apoio à Presidência em termos de assessoria jurídica. 5 - Local de trabalho: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Rua Américo Durão, n.º 12-A – 1.º e 2.º andares, Olaias, 1900-064 Lisboa 6 - Determinação do posicionamento remuneratório: nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro – 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, a que corresponde a remuneração base de € 1.201,48. 7 - Requisitos de admissão ao procedimento concursal: 7.1 - Os requisitos gerais, necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da LTFP, conforme disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 7.2 - Requisitos específicos: a) Desempenho de funções na CITE entre 1 de janeiro de 2017 e 4 de maio de 2017, ou parte deste período, conforme disposto no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, b) Pessoas reconhecidas como satisfazendo necessidades permanentes, sem vínculo adequado, em parecer da Comissão de Avaliação Bipartida do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, homologado pelo Despacho-Conjunto n.º 12/2018 de Suas Excelências o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, respetivamente a 13 de março de 2018 e a 15 de março de 2018; c) Licenciatura em Direito. 8 - Formalização das candidaturas: 8.1 - As candidaturas são apresentadas exclusivamente mediante preenchimento de formulário eletrónico, de preenchimento obrigatório, disponível na página eletrónica do IEFP, I.P., em [www.iefp.pt/recursos-humanos](http://www.iefp.pt/recursos-humanos), separador "PREVPAP – Procedimentos Concursais". 8.2 - As candidaturas deverão ser acompanhadas dos seguintes documentos digitalizados, a submeter na plataforma eletrónica de candidaturas: a) Documento comprovativo das habilitações literárias; b) Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do IEFP, I.P., com menção expressa dos seguintes elementos: i) Indicação do código da BEP do concurso a que se candidata e a referência do local de trabalho; ii) Identificação completa (nome, data de nascimento, número do Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão e endereço postal); iii) Indicação do nível habilitacional, bem como da área de formação/especialização académica; iv) Indicação da carreira a que se candidata; v) Menção de que o candidato declara, sob compromisso de honra, serem verdadeiros os elementos ou factos constantes do requerimento e da candidatura. 9 - As falsas declarações prestadas pelos/as candidatos/as serão punidas nos termos da lei. 10 - Composição e identificação do Júri: Presidente: Joana Rabaça Gíria, Presidente da CITE; 1.º Vogal: Pedro Francisco Alves Arderius de Faria, que substituirá a Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º Vogal - Lígia da Conceição Sebastião Gonçalves. Vogais Suplentes: 1.º Vogal: Cidália Maria Henriques Maurício da Costa Rito; 2.º Vogal: Sónia Carla Gomes Lameirinhas Ferreira. 11 - Métodos de Seleção: nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, será aplicado o método de seleção obrigatório Avaliação curricular (AC), e havendo mais do que um/a opositor/a para o posto de trabalho, é ainda aplicável a Entrevista Profissional de Seleção (EPS). 11.1 - Avaliação Curricular (AC) - visa analisar a qualificação dos/as candidatos/as, sendo para o efeito considerados os seguintes elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar: • Habilitação académica; • Formação profissional, diretamente relacionada com as exigências e competências necessárias ao exercício da função; • Experiência profissional com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em causa. 11.2 - A AC será valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 11.3 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS) - de carácter público, visa avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida no contexto da entrevista, nomeadamente, os relacionados com a

capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal. 11.4 - A EPS é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4. 12 - Cada um dos métodos de seleção tem carácter eliminatório, pelo que haverá exclusão dos/as candidatos/as que não compareçam a qualquer dos métodos de seleção, bem como dos/as que obtenham uma valorização inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo, nesse caso, aplicado o método de seleção seguinte. 13 - Exclusão e notificação de candidatos: a notificação dos candidatos excluídos e todas as notificações necessárias e obrigatórias relativas ao presente procedimento concursal serão efetuadas de acordo com o artigo 30.º da Portaria e nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, as notificações são preferencialmente efetuadas por correio eletrónico. 14 - Em conformidade com o n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, há lugar a audiência dos interessados após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. 15 - Os/as candidatos/as admitidos/as serão convocados/as, através de notificação do dia, hora e do local para a realização dos métodos de seleção, de acordo com o preceituado no artigo 32.º da Portaria, por uma das formas previstas no n.º 1 do artigo 30.º do mesmo diploma legal. 16 - A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através de lista ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações do IEFP, I.P., e disponibilizada na sua página eletrónica ([www.iefp.pt/recursos-humanos](http://www.iefp.pt/recursos-humanos)). 17 - A valorização final dos/as candidatos/as expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas, mediante a aplicação da seguinte fórmula: 17.1 - Um/a candidato/a:  $VF = 100\% AC$  17.2 - Mais de um/a candidato/a:  $VF = 70\% AC + 30\% EPS$  18 - As atas do júri, de onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valorização final do método, serão facultadas aos/as candidatos/as, sempre que solicitadas. 19 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público das instalações do IEFP, I.P., e na respetiva página eletrónica, em [www.iefp.pt/recursos-humanos](http://www.iefp.pt/recursos-humanos). 20 - Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público, em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), e na página eletrónica do IEFP, I.P., em [www.iefp.pt/recursos-humanos](http://www.iefp.pt/recursos-humanos). Lisboa, 2 de maio de 2018, A Diretora do Departamento de Recursos Humanos (Ana Antunes)

### Observações

Local de trabalho: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Rua Américo Durão, n.º 12-A – 1.º e 2.º andares, Olaias, 1900-064 Lisboa

### Alteração de Júri

### Resultados

### Questionário de Termina da Oferta

### Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Com Auxílio da BEP:		

#### Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total Com Auxílio da BEP:		